

WILSON PRUDENTE

CRIME DE ESCRAVIDÃO

Uma análise da Emenda Constitucional 45 de 2004, no tocante às alterações da competência material da Justiça do Trabalho, e do novel status constitucional dos tratados internacionais de direitos humanos.

Apresentação: AURÉLIO WANDER BASTOS
Prefácio: RENATO NEVES DE OLIVEIRA

Editora Lumen Juris

Rio de Janeiro, 2006

SUMÁRIO

| | |
|--|-------|
| Apresentação (Aurélio Wander Bastos) | p. 07 |
| Prefácio (Renato Neves de Oliveira) | p. 11 |
| Introdução | p. 15 |
| I O Que Caracteriza o Trabalho Escravo...? | p. 19 |
| II O Novel Status Constitucional dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos | p. 23 |
| III O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana | p. 33 |
| IV Natureza Jurídica da Condição de Escravo até o Advento da Lei Áurea | p. 43 |
| V Qual é o Significado de Trabalho em Condições Degradantes? | p. 61 |
| VI A Nova Competência Material da Justiça do Trabalho | p. 67 |
| VII A Competência da Justiça Laboral no Texto Original da Constituição de 1988 | p. 72 |
| VIII As Alterações Introduzidas pela Emenda Constitucional 45 de 2004 | p. 77 |
| IX Os Crimes Contra a Organização do Trabalho | p. 85 |

| | | |
|--------------|--|--------|
| X | Outros Tipos Penais em Tutela da Organização do Trabalho | p. 111 |
| XI | Crimes Contra a Organização do Trabalho em Matéria de Discriminação | p. 121 |
| XU | Relação de Trabalho versus Relação de Emprego | p. 137 |
| XIII | Relações de Consumo: competência material da justiça do trabalho (?...) | p. 139 |
| XIV | Competência da Justiça do Trabalho em Matéria de Infortúnística | p. 147 |
| XV | Relações de Trabalho no Âmbito da Administração Pública | p. 159 |
| XVI | Relação de Trabalho com a Administração Pública: competência material da justiça do trabalho | p. 175 |
| XVII | Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho | p. 181 |
| XVIII | Habeas Corpus na Justiça do Trabalho | p. 191 |
| XIX | Ação de Improbidade Administrativa na Justiça do Trabalho | p. 197 |
| XX | Ação Popular na Justiça do Trabalho | p. 213 |
| XXI | Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho: o conceito de dano moral coletivo | p. 221 |
| XXU | Ação Civil Coletiva na Justiça do Trabalho | p. 229 |

XXHI

Ação Penal Pública na Justiça do Trabalho

p. 233

XXIV

Habeas Data na Justiça do Trabalho

p. 239